



Revista **Direito
Ambiental &
Sociedade**

CONSELHO EDITORIAL

Maria Alexandra de Sousa Aragão, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Ana Maria de Oliveira Nusdeo, Universidade de São Paulo, SP, Brasil
André Paiva Toledo, Escola Superior Dom Helder Câmara, MG, Brasil
Belinda Pereira da Cunha, Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil
Carlos Alberto Lunelli, Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil
Carlos Eduardo Peralta Montero, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil
Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil
Carina Costa de Oliveira, Universidade de Brasília, DF, Brasil
Elena Aydos, Universit of Newcastle, Austrália
Enrique Leff, Universidade Nacional Autónoma do México e Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, México
Gina Esmeralda Chávez Vallejo, Universidad de Posgrado del Estado Ecuatoriano, Equador
Jorge Anibal Aranda Ortega, Universidad de Chile, Chile
Nicolas Baya Laffite, Université de Genève, Suíça
Paulo Bessa de Antunes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Ramiro Ávila Santamaria, Universidad Andina Simón Bolívar, Bolívia
Volker Mauerhofer, Department of Ecotechnology and Sustainable Building Engineering, EHB, Suécia

COMITÊ TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EDITOR CHEFE

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

EDITORA GERAL

Gerusa Colombo, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

EQUIPE EDITORIAL

Alessandra Antunes Erthal, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Alice Dorneles Martins, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Érica Ferreira Guglielmin, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Laís Andreazza, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Mateus Vinicius Kaiser, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Natália Bossle Demori, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil
Thiago Germano Alvares da Silva, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Brasil



Rev. Direito Ambiental e Sociedade	Caxias do Sul	v. 13, n. 1	set./dez. 2023
------------------------------------	---------------	-------------	----------------

© dos organizadores

Revisão: Giovana Letícia Reolon

Editoração: Ana Carolina Marques Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

R454 Revista direito ambiental e sociedade [recurso eletrônico] /
Universidade de Caxias do Sul. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2011).
– Dados eletrônicos. – Caxias do Sul, RS : EDUCS, 2023.

Vol. 13, n. 3 (set./dez. 2023) - Dossiê – Litigância ambiental
nacional, comparada e internacional.
Quadrimestral
Continuação de: Revista Trabalho e Ambiente, vol. 1, n. 1 (2002)
-vol. 5, n. 9 (2007).
Modo de acesso:
<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental>>
ISSN on-line 2237-0021

1. Direito ambiental. I. Universidade de Caxias do Sul.

Índice para o catálogo sistemático:

1. Direito ambiental

349.6

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Meirelles Meroni – CRB 10/2187

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do
Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

1

Litígios limáticos e os seus fundamentos: a inoperância estatal e a intervenção do Poder Judiciário

Climate litigation and their foundations: the ineffectiveness of State and the intervention of the Judiciary

Haide Maria Hupffer, Valéria Koch Barbosa, Adriano Sbarain

p. 01-29

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.01>

2

Entre o público e privado: as estratégias jurídicas, a água e a terra em disputa no Projeto Pontal no semiárido pernambucano

Between public and private: legal strategies, water and land in dispute in the Pontal Project in the pernambucano semi-arid

Thiago Henrique Costa Silva, João da Cruz Gonçalves Neto, Eduardo Alexandre Chiziane

p. 01-34

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.02>

3

Da relevância da intervenção do *amicus curiae* no processo coletivo ambiental: ampliação do debate democrático sobre o meio ambiente

The relevance of amicus curiae intervention in environmental class actions: broadening the democratic debate on the

Flávia Almeida Montigelli Zanferdini, Danilo Henrique Nunes, Raul Lemos Maia

p. 01-29

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.03>

4

O caso Leghari v. Paquistão: desafios e aprendizagem

The case of Leghari v. Pakistan: challenges and learning

Wilson Engelmann, Gabriel Wedy

p. 01-22

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.04>

5

Litigância climática no Brasil: o Pacote Verde como medida de concreção de políticas públicas ambientais e climáticas

Climate litigation in Brazil: The Green Package as a measure to implement environmental and climate public policies

Aline Michele Pedron Leves, Sabrina Lehnen Stol, Elenise Felzke Schonardi

p. 01-19

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.05>

6

**A litigância costeira e marinha
no Brasil: a similaridade com as
interpretações da jurisprudência
ambiental**

*The similarity between marine and coastal
litigation and the environmental case law in
Brazil*

Carina Costa de Oliveira, Marco Antônio
Poti, Sara Leal

p. 01-23

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.06>

7

**Controle de convencionalidade em
matéria ambiental: análise sob a ótica
da Opinião Consultiva 23/2017 da Corte
Interamericana de Direitos Humanos**

*Mandatory of conventionality in
environmental theme: analysis from the
perspective of Advisory Opinion 23/2017 of
the Inter-American Court of Human Rights*

Vanessa Maia de Queiroz Matta, Sasha
Camilo Suano D'albuquerque Veiga, Tulio
Macedo Rosa e Silva

p. 01-36

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.07>

- 8** **A Amazônia brasileira e a criminologia das mudanças climáticas: respostas penais para os comedores da floresta**
The brazilian Amazon and the criminology of climate change: criminal answers for forest eaters
José Irivaldo Alves Oliveira Silva, Marcelo Bruno Bedoni de Sousa
p. 01-20
DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.08>
- 9** **Os respiros da (in)justiça ambiental: a relação do amianto com Muinaçu – GO, após 2017**
The breaths of environmental (in)justice: The relationship of asbestos with Minaçu –GO, Post-2017
Isabel Foletto Curvello, Luiz Ernani Bonesso de Araújo
p. 01-19
DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.09>
- 10** **Ação civil pública, ação popular e o princípio da prevenção na efetividade da proteção ambiental**
Public civil action, popular action and the principle of prevention in the effectiveness of environmental protection
Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres, Karla Luzia Alvares dos Prazeres
p. 01-18
DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.10>

11 A Pachamama enquanto sujeito de direito: impactos teóricos e dogmáticos a partir do novo constitucionalismo latino-americano

Pachamama as a subject of law: Theoretical and dogmatic impacts from the new Latin American Constitutionalism

Kethelen Severo Bacchi, Giulia Melo de Mello, Jerônimo Siqueira Tybusch

p. 01-21

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.11>

12 A legitimação para a governança e litigância climáticas a partir da ampliação conceitual da justiça: aproximações entre as narrativas de Mary Robinson e as perspectivas teóricas de Nancy Frase

Legitimization for climate governance and litigation from the conceptual expansion of justice: Approximations between the narratives of Mary Robinson and the theoretical perspectives of Nancy Fraser

Grasieli Piccinin, Reginaldo Pereira, Silvana Winckler

p. 01-39

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.12>

13 A desconstrução conceitual de crime vago contra os animais: o animal como sujeito passivo da infração penal

Conceptual deconstruction ff vague crime against animals: The animal as passive subject of criminal infraction

Raquel Torres de Brito Silva, Clara Cardoso Machado Jaborandy, Renato Carlos Cruz Menese

p. 01-29

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.13>

14 Litigância em direitos humanos e meio ambiente: explorando desafios e impactos em políticas públicas judicializadas

Litigation in human rights and environment: Exploring challenges and impacts in judicialized public policies

Oswaldo Pereira de Lima Junior, Edna Raquel Hogemann, Luana Dantas

p. 01-27

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.14>

15 Justiça climática na Corte Internacional de Justiça

Justicia climática en la Corte Internacional de Justicia

Fernando Rei

p. 01-22

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.15>

Seção Artigos de Pesquisadores Convidados

16 Efficiency Of Court Decisions On Environmental Cases: A Comparative Analysis between the Netherlands and Turkiye

Zerrin Savaşan

p. 01-37

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.16>

17 A construção jurisprudencial do conceito de Poluidor Indireto

The building of the indirect polluter case law

Paulo de Bessa Antunes

p. 01-16

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.17>

Seção Artigos de Pesquisadores do PPGdir - UCS

18 Os critérios procedimentais de admissibilidade de casos climáticos na Corte Europeia de Direitos Humanos à luz do caso Duarte Agostinho e outros V. Portugal e 32 outros estados

The procedural criteria for admissibility of climate cases in the European Court of Human Rights in light of the case of Duarte Agostinho and others v. Portugal and 32 other States

Leonardo de Camargo Subtil, Laura Prado

p. 01-20

DOI: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n3.18>

Apresentação

A Revista Direito Ambiental e Sociedade – RDAS é vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direito, nível de mestrado e doutorado da Universidade de Caxias do Sul – UCS, e é publicada pela Editora da Universidade de Caxias do Sul – EDUCS desde 2011.

O volume 13, edição nº 03, de set./dez. de 2023, da Revista Direito Ambiental e Sociedade, foi publicado em 31 de maio de 2024, na modalidade *ahead of print*, ou seja, publicação antecipada, em fluxo contínuo.

O volume compreende os artigos submetidos para a chamada pública do Dossiê *Litigância ambiental nacional e internacional*.

As limitações da gestão sustentável do meio ambiente, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, resultaram no aumento da litigância ambiental nos tribunais nacionais e internacionais.

O aumento do desmatamento e da degradação florestal e a crise hídrica, bem como as mudanças climáticas, demonstram que as políticas de prevenção nem sempre resultam na melhor solução para a proteção ambiental e que a reparação de danos ao meio ambiente, no Poder Judiciário, nem sempre é eficaz.

Diversos problemas jurídicos como a competência dos tribunais, a prescrição de danos, a legitimidade ativa em ações ambientais, são levados, diuturnamente, ao Poder Judiciário. A demanda por “justiça” das populações atingidas é singular, tendo em conta os objetos jurídicos regulados. Porém, nem sempre os tribunais interpretam a legislação ambiental com o foco nas peculiaridades e nas urgências do meio ambiente.

A ampliação do número de demandas e de sua importância, assim como das lacunas e controvérsias que esse fenômeno apresenta, justifica o lançamento, pela Revista Direito Ambiental e Sociedade (RDAS), do Dossiê *Litigância ambiental nacional, comparada e internacional*.

Editor-Chefe

Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Editora-Geral

Gerusa Colombo
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Editores

Alessandra Antunes Erthal
Alice Dorneles Martins
Érica Ferreira Guglielmin
Laís Andreazza
Mateus Vinicius Kaiser
Natália Bossle Demori
Thiago Germano Alvares da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil